



Seminário realizado pelo SINTFESP-GO/TO discute situação jurídica da GEAP diante do MS 25.855



Diante da necessidade de fortalecer o caráter solidário que a Geap exerce no cuidado da saúde dos servidores públicos federais, o SINTFESP-GO/TO realizou no dia 23 de setembro, em sua sede administrativa, seminário para discutir a situação jurídica da Geap, diante do Mandado de Segurança nº 25.855, e a proposta de alteração estatutária da composição de seu Conselho Deliberativo (Condel).

Na ocasião, estiveram presentes o Assessor Jurídico do SINTFESP-GO/TO, Dr. Luis Fernando Silva, como expositor; o Coordenador Geral do Sindprevs/SC e Conselheiro representante dos servidores do MS no Condel, Valmir Braz de Sousa; o representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público (Condsef), Antônio Pereira de Lima Sobrinho (Capila); e a representante do Conselho Fiscal da Geap (Confis), Leonilde Silva, como debatedores, a Assessora Jurídica do sindicato, Dra. Josilma Saraiva, além de filiados e representantes sindicais de outras entidades.

O seminário, que foi proponente na discussão, alertou sobre a importância da participação da categoria com debates e massificação nacional acerca do assunto para que, assim, a classe tenha condições de assumir, verdadeiramente, a gestão da Geap. “As entidades nacionais devem se reunir para unificar esta luta, principalmente neste momento. A Geap tem a competência de fazer a política de inclusão e solidariedade. Não podemos deixar isso acabar”, alertou a Diretora de organização e Política Sindical do Sindicato, Terezinha Aguiar.

Além disso, o encontro tratou também sobre as falhas cometidas na criação da entidade que mesmo sendo uma entidade fechada de Previdência Complementar e sem fins lucrativos, foi criada sem amparos legais; o processo de privatização da Geap, em meados de 1985, e a exclusão dos órgãos que estiveram

ligados à entidade, antes deste período, em processos licitatórios; a falta de democracia na definição da composição da diretoria do Condel; a falta de democracia na definição da composição da diretoria do Condel; e também as três leis complementares que foram editadas em 2001 sobre planos de saúde, que atingiram diretamente a Geap.

O Assessor Jurídico do SINTFESP-GO/TO falou também sobre a importância do Mandado de Segurança. “O TCU aprovou acórdão exigindo que a GEAP se submeta a Processos de Licitações para a adição de novos convênios. Se conseguirmos vencer o processo MS 25.855, poderemos mudar esta realidade, ou seja, as instituições interessadas que deverão participar de licitações para entrarem na GEAP”, reforçou Dr. Luis Fernando

Além das exposições e debates, o seminário foi marcado também por importantes encaminhamentos (veja no quadro abaixo) aprovados durante o evento, com a participação dos presentes.

Encaminhamentos aprovados no seminário

- Levantar, nos demais estados que entraram com a Ação contrária à Resolução 418, quais causaram transtorno aos servidores sugerindo uma solução aos que não querem permanecer na Ação;
- Chamar audiência nacional para discutir juridicamente e politicamente como encaminhar a questão das liminares;
- Reunir com as entidades nacionais para pactuar informações e direcionar atividades necessárias para a discussão no âmbito geral;
- Confeccionar uma cartilha nacional conjunta das 03 (três) entidades nacionais com a mesma linguagem;
- Trabalhar uma Ação jurídica para cobrar estudo atuarial sobre os salários com base na atual realidade que considere as diferenças e uma Liminar sobre o estudo atuarial sobre os salários dos que estão fora da Resolução 418.
- Preparar um estudo jurídico sobre o equilíbrio atuarial baseado no que foi cobrado a mais dos servidores a partir das liminares;
- Realizar seminário nacional com participação da FASUBRA.

SINTFESP-GO/TO propõe discussão nacional sobre a reconstrução da Força de Trabalho no SUS

No dia 24 de setembro, o SINTFESP-GO/TO promoveu, em sua sede administrativa, discussão sobre a recomposição da força de trabalho no SUS com o objetivo de debater a responsabilidade de cada esfera do governo e o processo de financiamento acerca do assunto.

Após relembrar o processo de incorporação do Inamps ao Ministério da Saúde e suas conseqüências para os servidores, o Assessor Jurídico do SINTFESP-GO/TO, Dr. Luis Fernando Silva, fez uma reflexão sobre a luta dos trabalhadores do Ministério da Saúde pelo Plano de Carreira e a resistência do MS em atender esta solicitação. “O Governo não vai aprovar o Plano de Carreira para uma categoria constituída de 130 mil aposentados e apenas 4 mil ativos. A Carreira, em seu conceito, é para estimular a força de trabalho, o que neste caso não é cabível já que o quadro de servidores está reduzindo”, ressalta.

Para o Diretor de Assuntos Jurídicos do SINTFESP-GO/TO, Luis Carlos Campos, é importante que a categoria tenha uma proposta clara nesta discussão e não se esqueça que o passo certo é a luta pela tabela, e não por um Plano de Carreira. “Precisamos de encaminhamentos coletivos, porém com um ideal comum. É preciso discutir a forma de reorganização do trabalho com

qualificação de dirigentes. Trata-se de uma postura política e para isso, precisamos, antes de tudo, de informação e qualificação e nestes quesitos, já estamos à frente”, esclarece.

De acordo com a Diretora da Secretaria de Mulheres da CNTSS, Célia Regina Costa, a categoria precisa, primeiramente, mudar sua postura. “Ao mudarmos nossa postura, nós teremos uma aliança fundamental com os usuários do SUS. Precisamos nos aliarmos principalmente com os conselhos. Já temos o privilégio de ter este espaço, por isso devemos usufruir da melhor maneira possível”, afirma.

O representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público (Condsef), Antônio Pereira de Lima Sobrinho (Capila) e a representante do Conselho Fiscal da Geap (Confis), Leonilde Silva, participantes também do seminário, se comprometeram a levar as discussões aos seus respectivos estados por entenderem que é uma luta comum da categoria, que deve ser tratada nacionalmente. No final do encontro, algumas propostas foram aprovadas (veja no quadro abaixo) com o objetivo de reforçar a luta em torno da recomposição da força de trabalho no SUS, além de facilitar a retomada da discussão no âmbito da carreira.

Encaminhamentos aprovados no seminário

- Fazer um estudo das carreiras transversais no Ministério da Saúde/ SUS;
- Combater o assédio moral nos locais de trabalho;
- Inserir todos os segmentos representados pela CNTSS na discussão, promovendo a articulação das entidades nacionais, estaduais e municipais;
- Investimento das entidades em curso de qualificação para dirigentes;
- Combater a precarização da força de trabalho, trazendo para legalidade, e buscando a adesão desses novos servidores;
- Buscar aliados na sociedade civil organizada para esse debate, com o objetivo de fortalecer e consolidar o SUS;
- Aprimorar o debate das responsabilidades de cada esfera de governo, bem como o processo de financiamento com gestores estaduais e municipais;
- Aprofundar as discussões sobre as alternativas de contratação da força de trabalho na esfera federal, tendo em vista a interiorização da prestação dos serviços e programas do SUS;
- Aprofundar as discussões sobre as Diretrizes de Carreira aprovadas nos Conselho Nacional de Saúde no âmbito das entidades representativas dos servidores dos SUS;
- Discutir sobre a Recomposição da Força de Trabalho no SUS, tendo em vista a elaboração de uma proposta que tenha uma matriz de caráter técnico a ser entregue para o Governo de transição e ao Congresso Nacional;
- Construir um movimento político em favor do tema: “Recomposição da Força de Trabalho no SUS”;
- Pautar o debate na Mesa Nacional do SUS, envolvendo as câmaras técnicas no Ministério da Saúde, e ampliar para a Casa Civil e Congresso Nacional;
- Discutir o Plano de Carreira, a partir das Diretrizes Básicas de Carreira aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, respeitando a realidade de cada município;
- Lutar por melhorias da tabela salarial negociada em 2008 para os servidores do Ministério da saúde;
- Não restringir a discussão à recomposição da força de trabalho dos federais no SUS;
- Melhorar a circulação das informações entre as Entidades e os servidores;
- Realizar Seminário Nacional sobre o tema.